



TÍTULO: Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública*.

AUTOR: Marcelo Bolshaw Gomes. Jornalista, professor de Comunicação Social e doutor em Ciências Sociais pela UFRN.

RESUMO: Este ensaio quer pensar a retórica do discurso político contemporâneo dentro da gramática imposta pelos meios de comunicação de massa, utilizando o método hermenêutico. Mas, para chegar a uma proposta metodológica descritiva voltada para a análise do discurso político mediado e da noção de Imagem Pública consciente dos próprios valores; teremos que explicitar as interpretações sobre os três temas prescritivos da filosofia política: a Utopia, o Poder e a Política.

PALAVRAS CHAVES: Teoria Política, Análise Discursiva, Teoria da Interpretação.

ABSTRACT: This rehearsal wants to think the rhetoric of the contemporary political speech inside of the grammar imposed by the broadcastings, using the hermeneutic method. But, to arrive to a descriptive methodological proposal gone back to the analysis of the mediated political speech and of the idea of the Public Image conscious of the own values; we will have that show the interpretations on the three prescriptive themes of the political philosophy: the Utopic Society, the Power and the Politics.

KEY WORDS: Political theory, Discursive analysis, Theory of the Interpretation.

* Trabalho apresentado na Sessão Coordenada Representação Social e Imagem Política, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

HERMENÊUTICA, TEORIA POLÍTICA E IMAGEM PÚBLICA

Trata-se aqui da integração conceitual e teórica de três elementos distintos: a metodologia hermenêutica, a teoria (sociológica da) política e a noção de Imagem Pública.

Primeiro: o que é hermenêutica?

O método hermenêutico surgiu com a tradução da Bíblia judaica para o grego, por volta do ano zero e por muitos séculos foi associado à leitura do Velho Testamento. Por extensão, em teologia, a hermenêutica é o estudo dos diferentes sentidos das escrituras sagradas. Neste sentido, a palavra se confunde com a noção de 'leitura' ou interpretação. Porém, no campo do Direito, há uma distinção e uma simetria entre esses termos. "A Hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar" (MAXIMILIANO, 1997, p. 13). Não se deve, portanto, tomar 'hermenêutica' como sinônimo de 'interpretação', uma vez que a primeira descobre e fixa os princípios que norteiam a segunda. Uma é ciência; a outra, arte. Porém, além dos campos do Direito e da Teologia, houve uma progressiva generalização filosófica da noção de 'hermenêutica'. ⁽¹⁾

Mas foi Paul Ricoeur o grande codificador da hermenêutica contemporânea, acrescentando à base teórica psicanalítica, outros conceitos e enfoques como a fenomenologia, a perspectiva historicista e o estruturalismo de Lacan. Em **O Conflito das Interpretações** (RICOEUR, 1988), a hermenêutica é uma parte da fenomenologia que estuda o simbólico. Enquanto o círculo de recorrência semiótica se limita ao universo dos interlocutores através do discurso, o círculo hermenêutico comporta ainda a presença de outros agentes e objetos em um universo mais vasto e aberto a influências inesperadas. O círculo hermenêutico se caracteriza ainda pelo conflito entre duas estratégias de interpretação opostas, complementares e irreduzíveis: o discurso arqueológico e o discurso teleológico.

ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

Discurso Arqueológico	Discurso Teleológico
Dialética entre passado e presente	Dialética entre presente e futuro
Causas, origem, determinantes	Finalidade, sentido, possibilidades
Estudo das Necessidades	Estudo das Probabilidades

Em meados dos anos 70, Ricoeur fez duas autocríticas: a noção de símbolo como duplo sentido da referência ⁽²⁾ será reavaliada em relação à teoria da metáfora. As placas de trânsito são signos visuais (arbitrários); a mantra AUM é um símbolo sonoro. Mas, são exceções: a maioria dos signos é

⁽¹⁾ Na modernidade, surgiu nas obras de W. Dilthey e Hans G. Gadamer como uma forma de transposição analógica da subjetividade, em que se pode compreender o outro a partir do próprio interior. No campo filosófico contemporâneo, a griff 'hermenêutica' caracteriza um grupo de autores europeus (Dumezil, Eliade, Ricoeur) que estudam a história das religiões (e do pensamento filosófico em geral) em uma perspectiva, ao mesmo tempo, arqueológica, fenomenológica e existencial. No entanto, aqui também existem convergências e divergências. Tanto há diferentes campos de investigação contemporânea em que a palavra 'hermenêutica' aparece como estudo do simbólico - na psicanálise dos sonhos e da imaginação, na crítica literária das imagens poéticas e no estudo dos mitos e das religiões em sociedades arcaicas.

⁽²⁾ Na semiótica, 'símbolo' é um tipo de signo (ao lado do ícone e do índice) em que há uma substituição do objeto por sua representação (a bandeira simboliza a pátria). Na hermenêutica, 'símbolo' deriva do conceito de Freud e de Jung, segundo o qual 'símbolo' aponta para um segundo sentido além do literal, inconsciente de parte do enunciador (a 'pátria' é a sublimação de instinto arcaico).

sonora; a maioria dos símbolos, visual. E a troca de foco da noção freudiana de símbolo pela de metáfora se dá através de uma domesticação do caráter cognitivo da imagem – presente nas narrativas oníricas - pelo discurso verbal do texto escrito. **A Metáfora Viva** (RICOEUR, 2000) traça uma teoria da metáfora passando por três domínios: a semiótica, a semântica e a hermenêutica. Inicialmente, Ricoeur demonstra a diferença entre semiótica centrada na palavra ou de “um signo do código lexical” e da semântica centrada na frase de uma relação entre sujeito, objeto e uma ação verbal (p. 109). Neste contexto, a metáfora não mais um caso de ‘denominação desviante’ mas, sim de ‘predicação impertinente’, em que o sentido se expressa. ⁽³⁾

UNIDADES DE INTERPRETAÇÃO

	Unidade	Objeto	Expressividade
Semiótica	Signo	Palavra	Significante
Semântica	Frase	Enunciado	Conotação
Hermenêutica	Discurso	Texto	Mito - Imagem

A partir desta mudança do foco no simbólico-visual para o metafórico-discursivo, Ricoeur então, adotar uma definição mais ampla de sua filosofia da linguagem. O mais importante, no entanto, é que este enfoque permite localizar o lado estético do discurso político e o lado engajado do discurso artístico sem confundi-los. Mais que uma intercessão, a metáfora é um vértice em que os dois discursos nascem (e se renovam), se desenvolvendo em sentidos opostos: o discurso político em direção ao convencimento racional (flertando com o discurso científico) e o discurso poético, ao contrário, voltado para o êxtase e encantamento.

⁽³⁾ Esta passagem da metáfora semiótica para metáfora-enunciado é feita através de uma homenagem explícita à gramatologia de A. J. Greimas, mas coloca a disciplina da semântica estrutural no lugar epistemológico da retórica clássica (RICOEUR, 2000, p. 214). A retórica de Aristóteles tinha seu núcleo performativo em uma teoria da argumentação, da persuasão racional no debate dialógico, hoje a práxis retórica se baseia, segundo Ricoeur, na semântica estrutural e na teoria dos atos da fala (Austin). Neste contexto, a inovação semântica seria possível graças às imagens poéticas e às metáforas. A imagem visual é reduzida a uma função icônica do discurso verbal. Mas se há inovação semântica imanente aos discursos, deve haver também um aspecto verbal da imaginação, mas este não faz parte dos discursos. Ricoeur lembra até de Gaston Bachelard e de sua fenomenologia da imaginação e do sonho, mas como uma instância exterior à linguagem discursiva. Já a passagem da metáfora-frase da semântica para a metáfora discursiva da hermenêutica é uma homenagem a Mircea Eliade (2000, p. 331). Aqui a metáfora “é um processo retórico em que a ficção redescreve a realidade”. Ricoeur procede através de duas demonstrações. Inicialmente, criticando North Frye e a semântica estruturalista que vê uma correspondência direta apenas entre a metonímia (e o discurso científico entre outros) e a referência externa, considerando a metáfora uma associação entre dois ou mais signos sem referência a objetos e situações externas aos discursos. Para Ricoeur, a suspensão da referência lateral no discurso poético é circunstancial, pois ele reaparece como uma ‘referência duplicada’ nos discursos filosófico e teológico. Em seguida, retomando Max Black (2000, p.366), Ricoeur afirma que a metáfora é para linguagem poética o que o modelo é para linguagem científica; e redefine a noção de arquétipo (p. 371) como uma espécie particular de metáfora em que há uma relação entre a referência suspensa e a referência revelada. E aqui há uma segunda domesticação da imagem pelo discurso verbal. Não podemos aqui explicar todas essas homenagens e demonstrações. É importante ressaltar, no entanto, que a projeto central do trabalho de Ricoeur - apesar de referenciado pelos conceitos da lingüística, da semântica e da análise discursiva - é filosófico: demonstrar que a metáfora reúne o ‘dizer’ e o ‘ver como’ (Wittgenstein), o que torna possível a inovação semântica e o desenvolvimento da linguagem; e no plano ontológico, a metáfora é uma relação entre o ser e o não-ser (Aristóteles). Assim, a poesis de toda linguagem (e não só da retórica grega ou da poesia trágica) procede da metáfora e da conexão entre o Mythos e Mímesis.

No livro **Teoria da Interpretação** (RICOEUR, 1999), a hermenêutica é a teoria da interpretação dos discursos e da dialética entre Explicação e Compreensão. 'Explicar' é quando tentamos descrever um fato ou objeto externo (a referência), em que nossas hipóteses, leis e teorias se submetem à verificação empírica da realidade, quando temos transmitir uma informação clara sobre algo. Explicar é uma operação analítica das formas discursivas e compreender é uma operação sintética do conteúdo proposicional do discurso. Compreensão é o entendimento semântico do que as mensagens significam.

MODOS DE INTERPRETAÇÃO

	Referência	Mensagem
Emissor	Explicação	
Receptor		Compreensão

A dialética entre explicação e compreensão tem um caráter tanto cognitivo quanto epistemológico. Do ponto de vista cognitivo, ela representa a relação dos interlocutores do discurso com a mensagem e sua referência; do ponto de vista epistemológico, a explicação tende à objetividade científica e à relação com o meio ambiente, enquanto a compreensão tende mais para intersubjetividade cultural. Devido a esta característica dupla - explicativa e compreensiva - muitos trabalhos utilizam a hermenêutica para estudar o discurso científico e para a análise compreensiva da arte, mas ainda são poucas as iniciativas para sua aplicação ao campo político - seja tomando a ação social, o discurso político ou a imagem pública como objeto de pesquisa.

Em minha dissertação em ciências sociais, **O Hermeneuta - Uma introdução ao estudo de Si** (GOMES, 1997) elaborei uma teoria da interpretação a partir de sucessivas leituras da linguagem (Signo, Símbolo, Paradigma e Arquétipo). O método consiste em quatro leituras sucessivas de um mesmo fenômeno: a primeira, objetiva e impessoal, observa e descreve o acontecimento; a segunda leitura é uma interpretação dos referentes subjetivos e pessoais; a terceira, intersubjetiva e interpessoal, contrastando diferentes interpretações do evento; e, finalmente, a última leitura, transpessoal e transubjetiva, em que o sentido experiencial da linguagem é reconcebido e resignificado. São assim três leituras determinísticas e uma última leitura prospectiva resultante da transformação criativa da situação determinada pelas três primeiras. (GOMES, 1998).

NÍVEIS DE INTERPRETAÇÃO

Leitura	Conteúdo	Referência	Linguagem
DESCRITIVA	O QUE e COMO	OBJETIVIDADE	SIGNO
EXEGESE	QUEM e PORQUE	SUBJETIVIDADE	SÍMBOLO
ANALÍTICA	ONDE e QUANDO	INTERSUBJETIVIDADE	PARADIGMA
CRÍTICA	MODELO ANALÓGICO	TRANSUBJETIVIDADE	ARQUÉTIPO

Em uma escala menor, aplicado especificamente aos discursos verbais, o método hermenêutico das quatro leituras consiste em: a) *descrição* ou situar o texto no contexto cultural da vida e da obra do autor, tanto do ponto de vista histórico como do teórico; b) *exegese* ou explicitar os pressupostos filosóficos do autor que justifiquem suas posturas teóricas; c) *análise* ou aproximar e associar idéias do autor na unidade com outras idéias relacionadas com a mesma temática; e, finalmente, d) *crítica* ou re-enunciar o texto fora de seu contexto.

A crítica é uma leitura ativa de um texto, seja ele um texto escrito, visual ou sonoro; é a atividade de interpretar este texto em um sentido diferente do que é proposto pelo enunciador do discurso. É, portanto, oposto a uma leitura passiva, que aceita incondicionalmente a interpretação do que lhe está sendo dito. A crítica não tem haver com a idéia de “falar mal dos outros”, “apontar falhas, erros e equívocos alheios” ou de brandir o espírito de contradição que a tudo nega e minimiza, sem critérios ou parâmetros ⁽⁴⁾. Porém, em um ambiente autoritário, a polêmica é vista como encenação e o crítico, como um desagradável criador de casos, jogando-se fora assim o que há de mais rico na convivência humana: o confronto das inteligências, o diálogo entre diferentes interpretações de mundo.

Ampliando esta perspectiva do discurso para um plano filosófico, defende-se a seguinte proposição: a tarefa metodológica contemporânea como uma arte de três diálogos e um monólogo. O diálogo entre as ciências humanas em torno de uma única realidade empírica como forma de combate à fragmentação do saber ou pesquisa interdisciplinar. A pesquisa intradisciplinar ou o diálogo entre as ciências de forma a evitar interpretações paradigmáticas. E, por fim, a pesquisa extradisciplinar ou o diálogo entre ciência e tradição – em que se sonha objetivamente um futuro para sociedade.

Não se trata de recortar, dividir ou separar. Muito pelo contrário: os três diálogos são eixos de uma única metamorfose do saber, são as possibilidades de intercâmbio que o discurso científico tem para sobreviver. Eles serão insuficientes caso não sejam resignificados por uma última, solitária e definitiva leitura reunificadora, um monólogo arquetípico, onde reencontrará seu espírito em uma consciência científica de si. Pois não se trata de voltar a uma situação cognitiva pré-moderna, nem de interpretar cientificamente os paradigmas tradicionais, mas de estabelecer as bases de um novo saber em que não haverá espaço para as atuais distinções entre ciência, arte, política.

Isto nos leva ao segundo elemento: a teoria política.

No livro **Teoria Geral da Política** (2000b), Norberto Bobbio esboça uma teoria política muito filosófica, oposta e simétrica a uma teoria geral do Direito. Entende-se a Teoria da Política como um sinônimo da disciplina ‘Filosofia Política’ em quatro sentidos diferentes, segundo sua temática principal: a) a república ótima (o estado ideal ou a utopia social); b) a questão da legitimidade (a quem obedecer); c) a autonomia da política em relação a outras atividades humanas; e d) a epistemologia da linguagem política ou a análise crítica dos discursos políticos. É claro que existem autores que combinam duas ou mais destas temáticas: Maquiavel postula a “autonomia da política frente à moral” ⁽⁵⁾ e aborda a questão da legitimidade, Platão sonha com uma república ótima em que o estatuto discursivo da política seja idêntico ao da ciência. O marxismo contempla o comunismo como utopia, entende a ideologia como legitimação e discute a autonomia do político frente ao econômico. Há várias combinações possíveis, porém esta distinção temática funciona como um “mapa” capaz de esclarecer os conceitos e analisar criticamente as crenças da Filosofia Política.

⁽⁴⁾ Do ponto de vista da análise dos discursos científicos ou teóricos, adotamos os parâmetros críticos de SEVERINO (1998): a) coerência interna da argumentação; b) validade dos argumentos apresentados; c) originalidade do tratamento dado ao problema; d) profundidade da análise do tema; e) o alcance de suas conclusões e conseqüências; f) apreciação e juízo pessoal das idéias defendidas.

⁽⁵⁾ Interpretação de Bobbio da máxima “os fins justificam os meios”. (2002b: p.193)

Em relação à Ciência Política, cada uma das temáticas da Filosofia Política assumiria uma posição. Assim, a temática filosófica do estado ótimo por ser prescritiva vai se contrapor ao caráter descritivo da metodologia científica; já as teorias da legitimidade são descritivas e vão justamente ao encontro deste imperativo explicativo da ciência; em relação à autonomia da política, filosofia e ciência políticas vão se fundir em uma Teoria Geral da Política; e em relação à análise discursiva, a Filosofia Política vai funcionar como uma metaciência histórica, uma supervisora crítica da Ciência Política, extraindo princípios lógicos gerais de diversas comparações históricas. Bobbio considera que apesar das combinações já realizadas das quatro temáticas, as primeiras temáticas não são rigorosamente científicas: o Estado Ótimo é um projeto político; as teorias da legitimidade são, invariavelmente, contra ou a favor do poder que descrevem; a identidade entre Ciência e Política em suas diferentes versões é sempre artificial e subjetiva. Apenas a Filosofia Política como hiper-retórica supervisora metodológica do discurso científico sobre o discurso político, atende plenamente às três exigências da Ciência: a) é validada pela verificação; b) tem a explicação dos fatos como objetivo e c) é orientada por uma ética que pense seus próprios valores. (2000b: p. 74)

No **Dicionário da Política** (2000, BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO), há, no verbete FILOSOFIA POLÍTICA (p. 493/500), uma pequena variação deste mapa quádruplo, subdividindo-se a tarefa da filosofia de organizar uma metodologia para ciência política da tarefa de analisar a linguagem do discurso político. Em ambos os casos, no entanto, além de relegar a Ciência Política a um segundo plano (o campo da aplicabilidade de ações, da previsibilidade eleitoral, entre outras), a teoria política filosófica não leva em conta outras disciplinas conexas como Antropologia Política e Sociologia Política.

E que me desculpem Bobbio e os filósofos, mas as Ciências Sociais não precisam de uma consciência crítica externa aos seus domínios epistemológicos! Aliás, a 'ética orientada para pensar criticamente os próprios valores' nos avisa que a Ciência Política não pode nem deve ignorar temas prescritivos se limitando a descrição dos fatos e nos aconselha a não descartar as questões da utopia, da legitimidade do poder e da autonomia política tão rapidamente, uma vez que elas não só reaparecem nos discursos políticos analisados, como também orientam silenciosamente nossas escolhas.

Mas, com base neste mapa temático da filosofia política, pode-se pensar em quatro campos analíticos de uma Teoria Política sociológica auto-referenciada: a Utopia (o sonho da sociedade perfeita e a memória de uma comunidade anterior ao Estado); o Poder (a dialética entre coerção e consenso; e este último, domesticando, através da força, o sonho da utopia e transformando-o em ideologia); a Política (o campo de Ação Social demarcado a partir das relações históricas entre a utopia e o poder); e a Retórica (o estudo científico do discurso político em uma cultura formada pelos três elementos anteriores: a Utopia, o Poder e a Política).

Não pretendemos aqui erigir esta teoria sociológica geral da política, mas apenas pensar a retórica do Discurso Político contemporâneo e da Imagem Pública dentro da gramática imposta pelos meios de comunicação de massa, utilizando o método hermenêutico. Mas, para chegar a uma proposta metodológica descritiva voltada para a análise do discurso político mediado; teremos que explicitar nossas interpretações sobre os temas prescritivos da filosofia política e chegar à análise científica dos discursos políticos consciente dos próprios valores.

Neste sentido, desenvolvem-se aqui três ‘cortes fenomenológicos’ transversais referentes a cada um desses temas prescritivos da Teoria Política – a democracia, o poder e a política - sem, contudo, querer esgotar o assunto ou mesmo colocá-lo de modo abrangente e abstrato, mas tão só para contextualizar nossa investigação principal, que é de elaborar instrumentos descritivos do Discurso Político Mediado e da Imagem Pública.

Restam ainda dizer, algumas poucas palavras sobre a retórica, disciplina que não deve nem ser reduzida à semântica, como faz a hermenêutica de Ricoeur; nem elevada à consciência crítica da Teoria Política, como quer a filosofia de Bobbio. Na verdade, tanto para os pensadores gregos como para os teóricos contemporâneos a retórica é uma arte e não uma teoria sistemática. Para alguns, adeptos de uma retórica-política, ela é a “arte da persuasão e do convencimento”; para outros, partidários de uma retórica-poética, a “arte do bem dizer”. Os primeiros dizem que o verossímil não pode ser mais importante que o verdadeiro; os últimos afirmam que a verdade quando mal defendida será sempre derrotada pela ignorância do senso comum; e por mais que todos concordem que tanto o discurso político como o discurso poético se inter-relacionam na arte retórica e na teoria da metáfora, não há até hoje uma palavra final sobre quem predomina nesta relação.

E este é nosso primeiro objetivo aqui: atualizar esta discussão da retórica clássica contextualizando-a de uma forma mais sociológica, centrada na Imagem Pública e nos discursos em uma dimensão audiovisual. Dito isso, passemos agora aos três cortes fenomenológicos transversais prescritivos sobre a Imagem Pública, começando pela sua relação com a democracia.

A MÍDIA NA DEMOCRACIA ATUAL

Há uma narrativa clássica ⁽⁶⁾, em que o príncipe persa Otane pergunta a um de seus mais versados sábios sobre qual a melhor forma de governar seu reino. O sábio, então, enumera três formas de governo: o governo de um (a monarquia), o governo de poucos (a aristocracia) e o governo de muitos (a democracia); que tanto podem funcionar bem e serem formas justas de governar como também podem degenerar em injustiças e desperdícios, dependendo de seus governantes. O governo de um ou monarquia se for ocupada por um rei ruim se torna uma tirania; a aristocracia (ou “o governo dos melhores” de Platão), através dos privilégios e do nepotismo, se transforma em oligarquia; a democracia (ou o governo pela maioria), sem espírito público, se fragmenta em anarquia individualista em que cada um defende seu interesse ou ainda descamba para oclocracia (o governo da plebe).

Bobbio (2000b) se serve desta antiga narrativa para defender a idéia de que o bom governo é o governo das leis e não o governo dos homens. Com leis, até as monarquias e aristocracias são justas, pois a justiça independe das virtudes e defeitos de seus governantes. Já a democracia, principalmente a democracia moderna, é o governo das leis por excelência. Bobbio chega a aproximar as idéias de ‘governo dos homens’ e de ‘governo das leis’ às noções weberianas de legitimidade carismática e de legitimidade legal, dando a entender que elas fazem parte de um mesmo processo histórico de secularização das tradições, em que a democracia é meia-irmã da burocracia.

⁽⁶⁾ Atribuída por Bobbio ao historiador grego Heródoto (III, 80-83 APUD 2000c: p.171). Aristóteles também faz menção à mesma tipologia na Política, livro sexto, Cap. II, 2004: p. 173.

A democracia dos antigos era direta; a democracia dos modernos, representativa. Como será a democracia no futuro? Mesmo evitando fazer previsões ou profecias, Bobbio não crê na volta da democracia direta através das redes digitais de computadores, em que cada cidadão vota em sua casa sobre quaisquer assuntos de seu interesse, mas sim que se vive uma passagem gradativa da democratização do Estado à democratização da sociedade e das instituições (da escola, da fábrica, dos bairros). Esta democratização da sociedade civil começou com o movimento da contracultura em 1968 e se consolidou com a queda do muro de Berlim em 1989. E a mídia teve um papel pedagógico importante durante essas últimas décadas.

Giddens chama este processo histórico-institucional de “democratização da democracia”, miniaturizando ainda mais a idéia de democracia, entendida agora não como uma ‘forma de governo’, mas como um método de relacionamento entre pais e filhos, entre grupos de amigos, entre marido e mulher (GIDDENS, 2003: p.61). Explico-me melhor: a democracia como método não consiste simplesmente na regra de maioria (pois assim seria impossível existir democracia entre duas pessoas com interesses diferentes, como professor e aluno, por exemplo), mas sim no ‘novo contractualismo’, isto é, na negociação dos interesses divergentes e das próprias regras de negociação. A democracia vista desse modo não é o predomínio formal do consenso sobre o dissenso, mas na transformação substancial dos conflitos em diálogos produtivos dentro de uma unidade de ação. Assim, como método, a democracia não é ‘uma decisão coletiva através da regra da maioria’, mas a tomada de decisões através das regras negociadas entre os diferentes pontos de vista que formam uma organização.

E então a questão central desta democracia negociada é: como criar o mínimo de regras que garantam a cada um segundo seu esforço e capacidade tanto do ponto de vista quantitativo como no aspecto qualitativo. Para que as instituições gozem do máximo de autonomia em relação ao Estado e em que os indivíduos desfrutem do máximo de autonomia pessoal em relação às instituições não basta que se garanta direitos “iguais” a todos, é preciso também tratar todos como “pessoas especiais”. Pois é na diversidade e na autonomia das relações entre os grupos sociais e os indivíduos que repousa hoje a possibilidade de uma democracia cada vez mais múltipla, complexa e produtora de singularidades.

Em **O Futuro da Democracia**, Bobbio (2000a) estabelece um marco teórico em relação à compreensão desta democratização das relações humanas. Evitando fazer projeções sobre o destino da democracia contemporânea, Bobbio investiga suas “seis promessas não cumpridas”, isto é, aquilo que as democracias representativas gostariam de ser idealmente, mas que efetivamente não são.

1) A democracia política prescinde de uma democracia social. A democracia representativa promete se realizar através das eleições para o parlamento e para os cargos executivos, mas nas últimas décadas ficou claro que, para se desenvolver institucionalmente, ela precisa também da sociedade civil.

2) Na democracia todos governem todos, igualmente. Mas, o pluralismo dos grupos acaba com a democracia dos indivíduos. A democracia moderna nasceu de uma concepção individualista de sociedade, em que a vontade coletiva é produzida pela regra de maioria e acatada por todos formando uma unidade de ação “de forma centrípeta ou monocrática”, porém vivemos uma policracia, em que os grupos (e não os indivíduos) lutam para preservar seus interesses de forma centrífuga. Um conjunto de oligarquias ou de corporações profissionais é uma sociedade pluralista, mas não é democrática.

3) A democracia promete defender o interesse público, mas apenas negocia acordos dos interesses privados. Há uma flagrante contradição entre a representação do interesse público (da vontade da maioria) com a representação dos interesses privados em diferentes níveis. A democracia parlamentar (e seus representantes eleitos) promete defender o interesse público da maioria, mas há na verdade uma representação dos interesses regionais, corporativos e pessoais.

4) A democracia promete acabar com os privilégios das elites, tratando todos os indivíduos de forma igual, mas há uma persistência das oligarquias e do tratamento desigual. Há inclusive conservadores que defendem ser democrático tratar desigualmente os desiguais e que todo igualitarismo é invariavelmente autoritário.

5) A democracia promete ainda educar o povo para cidadania, transformando súditos em cidadãos, aumentando a participação ativa de todos sobre tudo. Mas, o que se constata é a crescente apatia política dos jovens de melhor instrução e renda.

6) A democracia promete acabar com o poder invisível. Na monarquia, o segredo em torno do rei era a regra e a exceção era a visibilidade. A coroa, o trono, o castelo – signos da visibilidade real escondiam a opacidade da vida cotidiana. Nas democracias, a transparência é a regra e o segredo, a exceção. O poder do soberano imitava o de Deus, que é invisível e tudo vê; o poder democrático ao contrário se baseia na visibilidade total do governante por pessoas que ele não vê. No entanto, apesar desta inversão de perspectiva, a democracia convive com um 'governo duplo' em que ao lado da esfera visível pela mídia, se desenvolve toda uma política de bastidores. A transparência não venceu a privacidade dos acordos particulares.

Mas apesar destas “promessas descumpridas”, em nenhum momento Bobbio desiste do regime democrático como a melhor (ou, por baixo, “a menos pior” – como disse De Gaulle) forma de governo. Sua crítica implacável vista antes levantar as deficiências institucionais e os pontos fracos da democracia para tentar desenvolvê-la. Mas, o que nos interessa é saber qual papel os meios de comunicação desempenham nesta democratização social da democracia política? Atualmente, há uma cadeia de realimentação mútua, em que o desinteresse dos eleitores permite o triunfo dos políticos ruins e este triunfo reforça o desencanto do eleitorado. Há um círculo vicioso na política. Por outro lado, aperfeiçoar a democracia, torná-la mais próxima de seu modelo ideal é uma tarefa permanente e sempre inacabada. Há também um círculo virtuoso latente, permanentemente disponível para ser executado. A democracia se articula com 'a questão da racionalidade', ou seja: como romper com um equilíbrio indesejável (ou círculo vicioso) e substituí-lo por um equilíbrio auto-impositivo justo e eqüitativo, em que “cada um faça o melhor de si dado o que os outros fazem” e isso resulte em uma otimização crescente do funcionamento deste equilíbrio (ou círculo virtuoso). Mas, como bem demonstra Miguel (2000: p. 44-48), a democracia não é um mito do discurso político, ela é 'a' utopia por excelência. Os mitos estão sempre ancorados no passado imemorial, na tradição, na origem anterior à história; a utopia, ao contrário, está projetada no futuro, em um tempo que ainda não chegou no 'fim da história'.

Entre os analistas que reconhecem a centralidade da mídia na sociedade atual, duas atitudes são possíveis: a que crítica a espetacularização da política, a perda do caráter ideológico do debate político e que a mídia tornou o processo eleitoral em um espetáculo entre outros espetáculos desportivos, culturais e científicos; que os eleitores votam nas imagens dos candidatos (e não mais em suas propostas) e se comportam como se apostassem em jogo de azar - posição mais freqüente entre os cientistas políticos. E a atitude que crê que a influência da mídia estabelece “um novo fazer político”, acreditando na pureza do diálogo entre eleitores e candidatos e que não há manipulação da mídia - posição típica dos pesquisadores da área de comunicação social.

Para Sartori, a linguagem da televisão, baseada em imagens superficiais e fragmentadas, anula o pensamento crítico, é a **Videopolítica** (2001). A TV está alterando o antropos humano, estamos passando do Homo Sapiens para o Homo-vídeo, em que a representação visual substitui a capacidade de tomar decisões racionais. Sartori lamenta o declínio dos partidos políticos, das plataformas programáticas e o crescente personalismo dos candidatos. 'Personalismo' não apenas no sentido de 'personalidade carismática', mas, sobretudo, como construção de um 'personagem simbólico' fabricado pela mídia através de imagens telegráficas.

Em contrapartida, existem também os que não acreditam na desfiguração da vida pública, mas sim na emergência de uma nova forma de representação política, com cidadãos mais informados e mais volúveis, dispensando a mediação de partidos políticos. O personalismo crescente, apesar de negativo, é entendido como uma nova forma de agregação das identidades coletivas em um novo contexto social. Em **As metamorfoses do governo representativo** (1995) Manin afirma que, a partir da década de 70, passamos de uma democracia representativa (organizada através de partidos e sindicatos de massas) para uma democracia participativa de público ou de audiência (co-ordenada pelos meios de comunicação social). Em uma democracia de público, o público ocupa o espaço da platéia e ali reage aos temas propostos no palco da política. Os políticos propõem temas (os "issues") para o debate que vão sendo adaptados de acordo com a reação do público. Neste caso, vencem as eleições, os candidatos que melhor interpretarem as necessidades, desejos e anseios da audiência, apresentando propostas convincentes para resolvê-los.

De modo que enquanto alguns pesquisadores, como Sartori, desqualificam a centralidade da mídia; outros, seguindo Manin, dão a ela um valor absoluto na explicação dos processos eleitorais. A questão é que a mídia em nossa sociedade funciona sempre de forma enunciativa, oferecendo a si mesma como referência e como fator explicativo universal de todos fatos sociais. De forma, que tanto midiafóbicos quanto midiafílicos supervalorizam o papel dos meios de comunicação atuais e sucumbem vítimas deste (auto) encantamento da mídia, que se coloca sempre no centro da vida social contemporânea.

Thompson advoga um terceiro ponto de vista, colocando as mudanças sociais provocadas pelo 'efeito da mídia' dentro de uma teoria social mais ampla, em que as ações intencionais são levadas a cabo dentro de contextos sociais estruturados. Ao conjunto de circunstâncias que envolvem essas ações, chama-se *campo de interação*; à capacidade efetiva de intervir nos acontecimentos e de realização dos objetivos e interesses dessas ações, chama-se *Poder*. Thompson distingue, para "fins essencialmente analíticos" quatro tipos de poder (1998: p. 25), segundo os recursos que utilize e a instituição que o exerça frente à sociedade.

Tipos de poder	Recursos	Instituições
Econômico	Materiais e financeiros	Empresas, fábricas
Político	Autoridade	Parlamentos, governos
Coercitivo	Força física e armada	Exército, Polícia, Prisão
Simbólico	Formas simbólicas	Escola, Igreja, Mídia

É claro que, fora de uma perspectiva histórica que observe o conjunto da sociedade pesquisada, classificar os tipos de poder como variáveis autônomas de um campo de forças não hierarquizadas é retroceder ao funcionalismo,

mesmo que para 'fins analíticos'. Este não é o caso de Thompson leva em conta as mudanças históricas nas instituições econômicas, políticas, de repressão, e, finalmente, nas instituições culturais sem perder de vista a totalidade social. Para ele, essas instituições, chamadas incorretamente "de controle" por Foucault e Giddens, são denominadas "de poder simbólico" (em uma deferência explícita a Pierre Bourdieu).

A tese central de Thompson é que o desenvolvimento das redes de comunicação e informação, entrelaçadas com outras formas de poder – econômico, político e militar – transformou a organização do tempo e do espaço na vida social; modificou as formas de ação e interação co-presenciais, instaurando formas de ação a distancia em um regime de interações mediadas, desenraizado do único contexto local. Com as formas de interação mediadas, as mensagens passaram a transcender um único ambiente geográfico e uma duração temporal determinada promovendo várias mudanças na sociabilidade contemporânea. As novas formas de interação social alteram a compreensão do lugar e da autoridade local, do passado e da tradição cultural, e da própria identidade individual e coletiva dos atores sociais.

Em *Ideologia e Cultura Moderna*, Thompson aborda a questão da teoria liberal sobre a imprensa livre – o "quarto poder", *situando estruturalmente a mídia entre o Estado e o Mercado* e postulando a separação do poder estatal e o princípio do pluralismo regulado dos meios de comunicação para que eles, por outro lado, não atendam aos interesses do mercado (1995: p. 337). Em *Mídia e Modernidade* (1998), Thompson aprofunda mais a questão, abordando-a agora do ponto de vista normativo e menos analítico, com sua proposta de uma "democracia deliberativa", em que os interesses privados e comerciais das empresas de comunicação são limitados pela concessão pública do serviço pelo Estado e o caráter múltiplo e aberto dos meios de comunicação dá transparência completa ao poder e impede a manipulação política.

Esta idéia de que as formas de interação social configuram as relações sociais tem diferentes interpretações e propostas: a *Democracia deliberativa* (ou reforma midiática da democracia representativa), defendida por John Thompson, em que o modelo dominante é a interação mediada não-recíproca à distância (ou relação um-muitos em formato audiovisual); e de *Tecnocracia* (ou do retorno a democracia participativa através da inteligência coletiva), elaborada por Levy, em que a interação social dominante é a rede (ou relação muitos-muitos). A principal diferença entre as propostas de democracia deliberativa de John Thompson e de tecnocracia cognitiva de Pierre Levy é a questão da legitimidade dos mecanismos de representação do poder na cultura pós-moderna. Thompson acredita na racionalização dos interesses sociais através de uma mídia democrática legitimadora do poder atual; Levy deseja, a partir do controle social através da informação, reorganizar nossas relações com o Mercado, com o Estado e com o Meio ambiente. Para Thompson a modernidade ainda não terminou, nem chegou a suplantando completamente as culturas tradicionais e a globalização é a mera continuação de um processo histórico iniciado no iluminismo e ainda longe de se encerrar; e para Levy, há, a partir da contracultura, uma nova organização social do tempo e um novo regime visual de simultaneidade: o paradigma muitos-muitos. Thompson não desconhece a idéia de que a Internet permite uma interação múltipla face-a-face, mas não vê este modelo como um paradigma cultural estruturante das relações sociais nas sociedades em rede e acha o retorno à democracia participativa, uma 'ilusão plesbicitária'.

Ambas propostas, apenas atualizam o debate entre os pólos idealista-prescritivo e realista-descritivo (ou das estratégias de interpretação arqueológica e teleológica, na linguagem hermenêutica) iniciado com a própria democracia e pelo debate dialógico constituído entre os discursos que a sonham como a utopia social (como Platão) e os que a criticam como idealista e irreal (como Aristóteles).

Os meios de comunicação são instituições políticas de mediação das elites com o público, mas não substituem os governos, os parlamentos, os partidos e os demais atores políticos - apenas se sobrepõem a eles. Os mecanismos de representação e legitimidade dos dois tipos de instituições são distintos. É claro que, em cada caso específico, pode haver circunstâncias de fatores comunicacionais sejam determinantes no campo da Política, porém ninguém garante a universalidade e a permanência desses fatores e desta determinação em diferentes situações. Mas, de forma geral, a mídia ocupa uma dupla posição em relação à estrutura social, ela é tanto um "Campo" próprio como também um "Ator Social" no Campo Político.

Eis, então, o resultado do corte fenomenológico no tema prescritivo da Utopia: a mídia na democracia atual. *A simultaneidade midiática (e a Imagem cultural que a Sociedade faz de si) é uma nova forma de interação, que não só manipula os fatos que transmite, nem substitui completamente outras instituições; mas seleciona, enquadra e centraliza os acontecimentos, interpretando-os para o público. A imagem cultural da sociedade produzida pela mídia enquadra os fatos.* É claro, que isto não esgota o assunto, nem do papel manipulador da mídia na democracia contemporânea, nem muito menos da possibilidade utópica de auto-organização da sociedade civil frente ao Estado através dos meios de comunicação, mas nos coloca os limites necessários para seguirmos em nossa investigação.

Vejamos agora o segundo tema de nossa contextualização prescritiva: o poder e a dialética entre medo e esperança.

PERIGO E ANTECIPAÇÃO

A quem (e por que) obedecer - não é uma questão recente. Mas traçar uma história da legitimidade sempre começa com a modernidade e com a distinção entre o direito divino e a soberania do Estado moderno. No entanto, a tese do direito divino é genericamente adotada por diferentes tipos de sociedades, desde a teocracia dos faraós egípcios até a monarquia parlamentar de Cromwell na Inglaterra ou o absolutismo francês do 'rei sol' Luis XIV. Costuma-se acreditar que antes de Hobbes e Maquiavel fundamentarem a obediência ao poder no medo, não se fazia distinção entre o poder divino e o poder dos homens. Tudo acontecia pela vontade de Deus (ou dos deuses), inclusive os acontecimentos referentes à organização política da sociedade.

Para impedir a guerra de todos contra todos e garantir a paz social, Thomas Hobbes comparava a necessidade de um estado forte e absolutista a um monstro mitológico, o *Leviatã* (2004, p. 127). O medo é o fundamento da legitimidade que funda o Estado moderno, ou, pelo menos, a concepção moderna acerca da obediência. A tese de Hobbes da guerra natural de todos contra todos contraria a tradição do pensamento político clássico de Aristóteles, para quem todo homem é um ser político (no sentido amplo, um ser social), um cidadão da Polis, que busca cooperação voluntária antes de ser forçado a obedecer; um animal gregário, que participa espontaneamente de uma comunidade antes de ser coagido a colaborar.

E “aquele que tem inteligência capaz de prever tem, de modo natural, autoridade e poder de chefe; aquele que não tem senão a força física para executar deve, obrigatoriamente, o obedecer e servir – e, portanto, o interesse do amo é o mesmo do servo”. (ARISTÓTELES, 2004, p.12) Assim, para Aristóteles e sua tradição na filosofia política, os homens agem racionalmente impelidos pelos seus interesses e não pelo medo. (Aliás, na polis aristotélica, os homens livres obedecem unicamente a seus interesses, mas mulheres e escravos obedecem às necessidades de diferentes tipos).

Talvez querendo combinar essas duas idéias, Maquiavel prescreve ao príncipe o uso simultâneo da astúcia e da força: se utilizar apenas a astúcia será desrespeitado e caso use somente a força será odiado. Mas, ao definir que, em última instância, é melhor ser temido que amado, Maquiavel afirma o primado do poder legitimamente calcado na força. (MAQUIAVEL, 2004, p. 101)

Entre os autores modernos, o poder passou a se legitimar tanto no medo e como a esperança. Para Weber, 'poder' é a capacidade de impor seu desejo a outrem, mesmo contra sua vontade. Há dois tipos ideais de dominação: a coercitiva (exercida pelo Estado que detém o monopólio da violência) e a ideológica. E em relação a esta última, também haveria três tipos ideais de dominação legítima: a legal, a tradicional e a carismática. Na dominação coercitiva, obedece-se por medo; e na dominação ideológica, por racionalidade (ou por respeito às leis), por costume e/ou por admiração à personalidade dos governantes. (WEBER, 1992, p. 349-359)

Gramsci (2000) retoma a tradição maquiavélica que dita que o poder age ora através da violência, ora através da dissimulação. Mas, ao invés de observar esta dicotomia do ponto de vista da ética individual do governante, Gramsci a elaborou de forma ampliada, em que o Estado não se resume ao seu aparato repressivo e à Sociedade Política, mas também as diferentes instituições da Sociedade Civil (a escola, a família, os jornais, a igreja, etc), através do qual a hegemonia se dá 'por consenso'. Nesta perspectiva, a Cultura, mais que expressão pura e simples da ideologia da classe dominante é vista como forma de consciência global, instrumento e produto de solidariedade inconsciente dos homens; não é apenas uma forma de alienar os trabalhadores de sua consciência coletiva, mas, sobretudo a possibilidade de torná-los conscientes de suas condições de vida. Assim, para Gramsci, a noção de hegemonia de um grupo social sobre outros, tanto se fundamentaria no uso da força da Sociedade Política organizada como também na capacidade de produzir consenso na Sociedade Civil. Gramsci imaginava ser possível engendrar uma estratégia de contra-hegemonia cultural a partir da Sociedade Civil e conquistar pacificamente a Sociedade Política, derrubando o poder capitalista via uma “revolução-restauração” ou “revolução cultural”. Para ele, a 'Revolução' significava mais uma unificação das práxis histórica e política, da estrutura com as conjunturas, quando “os homens tomassem as rédeas da própria história”, do que uma mera insurreição armada contra o Estado.

Com o movimento contracultural de 1968, no entanto, o eixo da luta contra o poder (e a discussão sobre a legitimidade da autoridade) se desloca do Estado central para dentro das instituições civis (a escola, o hospital, a fábrica). Os mecanismos sociais de coerção e de produção de consenso se descentralizam, ou melhor: se transversalizam uma vez que várias instituições passam a incitar o medo e a fomentar a esperança a “sistemas abstratos” e não mais a autoridade local.

Hoje o poder opera através do risco (a nova forma de coerção) e da simulação (a nova forma de consenso) e essa nova dialética entre medo e esperança não se dá ao nível dos controles institucional e ideológico, mas sim através do autocontrole ético. O poder governava e governa através das ilusões e do medo, mas que o modo pelo qual nos enganamos e tememos é que vem se aperfeiçoando. Obedecer ao rei temendo a morte ou a punição, obedecer à tradição temendo o castigo dos deuses, e ter medo de perder a honra, temer não ser merecedor de si mesmo e dos seus – são medos historicamente bem diferentes.

Para a **Historia do medo no ocidente** (DELUMENAU, 2001) o medo nos dois últimos séculos passou a ser estimulado socialmente (antes XVIII era considerado uma desonra sentir medo) passando a se constituir como estresse, como um estado permanente de intimidação capaz manter os indivíduos dóceis e sensíveis às mudanças sociais. Todavia, a idéia de que vivemos em uma Sociedade de Controle (ou de risco, se preferirmos ser críticos em relação à sua legitimidade) não significa apenas a simples predominância de uma forma de submissão voluntária ao poder em detrimento dos velhos mecanismos coercitivo e cultural. Não se trata da substituição dos controles institucional e discursivo, dando mais autonomia e liberdade aos indivíduos, mas, sobretudo, de um aperfeiçoamento histórico desses mecanismos gerando uma nova e mais profunda dependência e controle.

A idéia de que a indução ao risco se tornou central da sociedade contemporânea foi desenvolvida pioneiramente por Ulrich Beck e retomada por vários autores atuais (BECK; LASH; GIDDENS, 1997). Segundo esta perspectiva, as sociedades tradicionais não conheceram a noção de Risco, explicando o infortúnio através das idéias de destino, sorte e vontade dos deuses. O medo, o perigo, a ameaça cumpriam certamente um papel da dominação social, mas eles não se referiam a infortúnios ativamente avaliados em relação às possibilidades futuras.

“O risco é a dinâmica mobilizadora das sociedades propensas à mudança, que desejam determinar o próprio futuro em vez de confiá-lo (...) à tradição”.(GIDDENS, 2003, p. 34)

O termo em inglês *Risk* surgiu do português *Risco*, nos séculos XVI e XVII, designando as águas ainda não navegadas. Mais tarde, se deslocou do espaço para o tempo, sendo usada nas transações bancárias e de investimento para o cálculo das conseqüências prováveis de uma decisão financeira. Devido ao fato do sistema capitalista calcular o lucro e perdas futuros, e como um processo contínuo, a idéia de risco se generalizou, penetrando em todas atividades humanas.

Porém, a grande diferença entre as sociedades tradicionais e a atual é que, enquanto antes se enfrentavam principalmente perigos e ameaças externas, atualmente fabricam-se artificialmente os riscos para otimizar a vida em sociedade. “Nossa época não é mais perigosa ou menos arriscada que as de gerações precedentes, mas o equilíbrio entre riscos e perigos se alternou”. (GIDDENS, 2003, p. 44)

Hoje o risco de uma catástrofe ecológica provocada pelo crescimento industrial; ontem, o risco de uma guerra termonuclear; amanhã, o risco de uma vida de crescentes incertezas (e a incerteza é um risco que não pode ser calculado) - os motivos são reais, mas são também artificiais.

A experiência da morte atual é imanente à da própria vida. Ela é, simultaneamente, uma meta e um limite: não se trata de uma ameaça eventual ou um medo inconsciente, mas de uma presença constante a cada segundo que mantém todos internamente submissos às redes sociais. É como se a vida fosse uma corrida de maratona, em que, para chegarmos ao final, precisamos dosar respiração, cuidar da postura, da hidratação para não sairmos machucados ou doentes. Na vida contemporânea é preciso sempre 'estar no limite' e manter um cuidado obsessivo com o corpo. A noção de morte como risco permanente é uma nova forma de produção de sentido existencial.

A imagem, neste novo contexto histórico, assume um terceiro papel, diferente da imagem-mito e da imagem-referência, que combina a representação do visível e do invisível e tem como função principal inspirar a esperança no futuro e não mais evocar as memórias arcaicas ou conservar objetivamente presente.

O livro **Vida e morte da imagem** (DEBRAY, 1993) estabelece três esferas históricas distintas para a Imagem: a logosfera (a imagem-ídolo após a escrita), a grafosfera (a imagem-arte após a imprensa) e Videosfera (a imagem-visual após a TV a cores). Na logosfera, a imagem era referenciada no sobrenatural em um tempo cíclico; na grafosfera passou a se referenciar na natureza e na realidade histórica; e na videosfera está sendo referenciada na percepção através de máquinas, isto é, na simulação virtual. A imagem-ídolo celebra o sagrado; a imagem-arte, o belo; e a imagem-visual, o novo. Nesta perspectiva, produz-se uma nova experiência de tempo/espaço em que o futuro e sua simulação (a Imagem) passam a desempenhar um papel central.

Para Foucault, nas sociedades disciplinares, a verdade era sempre confessada. A verdade precisava ser descoberta por de trás das aparências. Hoje se um evento não for simulável, não será verdadeiro. A simulação holográfica é uma ferramenta de reconstituição do real com um nível de objetividade e precisão além da percepção biológica e de suas interpretações. A simulação tridimensional se tornou não apenas um critério de verdade científico, mas também uma garantia de objetividade em várias áreas da vida social, como no futebol e no direito. O critério de verdade dos discursos deixou de ser a confissão de suas verdadeiras intenções e passou a ser sua simulação virtual.

Giddens chama de 'reflexividade social' esta característica da sociedade contemporânea de retroalimentação entre vida social e imagem virtual produzida pela meios de comunicação, por esta atualização simultânea através do risco e da simulação. Não podemos aqui dar conta de toda esta discussão, deixando apenas esboçado mais um resultado prescritivo de nossa contextualização: *o poder sempre se fez obedecer através do medo e a esperança, mas hoje ele é mais psicológico que institucional e opera através da indução ao risco e da simulação do futuro.*

No primeiro texto, ressaltou-se a imagem como uma utopia artificial produzida pela mídia. Mas, a imagem não é só esperança, seu poder vem da capacidade de nos incitar ao risco, à aventura, ao desconhecido. Vejamos então nosso terceiro último corte transversal prescritivo.

A POLÍTICA DE IMAGEM

Desde o Império Romano se sabe que à mulher de Cezar não basta ser honesta, ela deve parecer honesta também ⁽⁷⁾, pois a Imagem Pública dos governantes e de seus familiares diretos tem um papel fundamental na vida política. Maquiavel, no famoso capítulo de O Príncipe sobre se mais vale ser amado que temido ou se é melhor ser temido que amando, estabelece, pela primeira vez, a idéia de que a Imagem Pública é um instrumento de legitimação do poder e deve ser combinada com o uso da força.

Hoje se tornou lugar comum entender que a disputa política se converteu, em grande parte, em uma competição por visibilidade na mídia, pela imposição da Imagem Pública dos atores políticos e de seus interesses. Os eleitores não votariam mais em programas, idéias ou propostas; votariam nas Imagens Públicas formadas qualidades pessoais e simbólicas dos candidatos. E até mesmo os eleitores mais sofisticados e menos vulneráveis ao personalismo da linguagem da mídia votam de acordo com a Imagem Pública partidária ou do grupo político e dos interesses que representa.

Thompson (1998: p. 192) usa o exemplo da infidelidade imaginária de uma fã (que faz amor com o marido pensando em seu ídolo) para definir a categoria de '*intimidade não-recíproca à distância*' (que chamamos de Imagem Pública ou simplesmente 'Imagem Pública'). Hoje, com a ampliação na formação de nossa identidade cultural para além dos limites geográficos imediatos, habitamos um mundo trans-presencial constituído indistintamente tanto de objetos imediatos como de Imagens Públicas distantes e indiferentes às nossas ações. A comunicação mediada globalizada tornou o processo de autoformação dos indivíduos muito mais aberto e reflexivo que na relação face a face. Por outro lado, o mundo das Imagens Públicas não somente enriquece e transforma o processo de formação do Self, mas também troca da experiência vivida pela experiência mediada, gerando uma situação antes inexistente. O surgimento desta relação de intimidade não recíproca à distância passou a ter mais relevância do ponto de vista artístico, desportivo e político (como o advento de diferentes galerias de estrelas e ídolos) do que do ponto de vista religioso, embora o comportamento do fã da cultura de massas seja essencialmente o mesmo do fanático religioso em um ambiente mediado.

Por isso, esta nova experiência do Self em um mundo mediado aponta para uma nova ancoragem das tradições. Thompson considera equivocada tanto a tese de que a cultura moderna e a ciência superaram definitivamente as tradições como a idéia de que a modernidade e a ciência são apenas tradições contemporâneas que não se reconhecem enquanto tal. Há um terceiro ponto de vista, em que o saber tradicional se modificou com a comunicação mediada, mas que ainda sobrevive na vida moderna através de várias formas simbólicas.

Para demonstrar seu ponto de vista, Thompson faz uma distinção operacional em quatro aspectos da tradição: hermenêutico, normativo do cotidiano, legitimador do poder e identificador cultural. No aspecto hermenêutico, a tradição é uma estrutura de interpretação. Assim, podemos dizer que a ciência é uma tradição de interpretar os acontecimentos como fatos

⁽⁷⁾ Quando Julio César estava no Egito com Cleópatra, o senado romano exigia a presença de sua esposa legítima nas festas e cerimônias desacompanhada, como prova de fidelidade ao marido ausente. Tal fato deu origem ao ditado popular atribuído a Cícero: 'à mulher de César não basta ser honesta, mas deve também parecer honesta'.

objetivos. Já no aspecto normativo, a tradição é um sistema de normas que orienta a Ação Social segundo o passado. De forma que as rotinas produzem a história e a história produz as rotinas cotidianas. No aspecto legitimador, a tradição é também ideologia que autoriza o exercício do poder. Weber crê no desencantamento do mundo, isto que a secularização das formas simbólicas tem como conseqüência um declínio da legitimidade tradicional e o predomínio da legitimidade legal (através de leis e regras) e da legitimidade carismática (através da personalidade e do magnetismo pessoal dos líderes). E no aspecto de identificador, a tradição é ainda um fator cultural de auto-formação de identidade coletiva e individual, do Self de um determinado grupo ou região.

A tese de Thompson é que a globalização acabou com os aspectos Normativo e Legitimador das tradições, mas os aspectos Hermenêutico e Identificador Cultural permanecem vivos na cultura moderna. (THOMPSON: 1998; p. 165) Assim, houve um desenraizamento do local, uma desritualização do cotidiano e uma despersonalização da autoridade tradicional e carismática. E desta despersonalização presencial da autoridade, surgiu uma re-personalização mediada: *a intimidade não-recíproca à distância*. (1998, p. 181)

Outra característica atual importante na formação das Imagens Públicas é a hipervisibilidade ou dupla publicidade. Um acontecimento era público porque era presenciado por um grande número de pessoas; agora, um evento é considerado público quando é tornado visível através da mídia, mesmo que com pequena participação presencial. Thompson cita discretamente Bobbio, mas repete quase que integralmente suas idéias sobre a duplicidade de sentido do termo 'Público' (1998; p. 110).

Tanto atletas como artistas ganham visibilidade e se tornam Imagens Públicas em processos complexos devido às qualidades nas atividades que desempenham, mesmo que apoiados pela mídia. O caso dos políticos é mais artificial e interessante, pois até mesmo a capacidade de argumentação retórica nos remete antes a um julgamento político de opinião pública do que nas Imagens Públicas legitimamente construídas por desempenho. Por isso, consideramos o espaço eleitoral como um momento privilegiado para o estudo da fabricação e destruição das Imagens Públicas. No Brasil, Wilson Gomes é um dos principais pensadores da noção de Imagem Pública aplicada especificamente à política. Para ele, a disputa política contemporânea se converteu em uma luta pela imposição das Imagens Públicas de políticos (2004: p.239).

Para a Semiótica, a imagem é um suporte discursivo, uma representação visual de um objeto (a imagem pictórica). Isto é, ela é dotada de sentido, é uma mensagem codificada e decodificada de alguém para alguém. ⁽⁸⁾ Já para a psicologia cognitiva as imagens são representações mentais sintéticas. E para a Análise Retórica do Discurso, há um curioso meio termo: as

⁽⁸⁾ Na semiologia européia, devido a grande influência da lingüística estruturalista centrada no signo verbal, a imagem foi, durante muitos anos, reduzida à posição de "significante", só se constituindo como signo em si com os estudos mais recentes. No lado americano, a semiótica de Charles Peirce se mostrou bem mais fértil em relação à imagem tomada como signo, rendendo vários estudos e abordagens diferentes. Contra todas essas abordagens, no entanto, pesa o fato de que não existe um código para as imagens (há no máximo uma sintaxe da linguagem visual) ou se existe, ele não explica a universalidade inata da representação pictórica sobre a diversidade cultural. Aliás, a espontaneidade da representação visual e a universalidade de algumas imagens psíquicas (os arquétipos) ainda se constituem em uma barreira epistemológica intransponível para Semiótica e para Análise do Discurso.

imagens são significantes e sustentam a produção do discurso verbal. Mas a Imagem Pública é *fato social*, enunciada por mecanismos sócio-lingüísticos e precisa ser vista a partir de uma conjunção de enfoques.

Já para a psicologia cognitiva as imagens são representações mentais sintéticas. E para Análise Retórica do Discurso há um curioso meio termo: as imagens são os significantes que sustentam a produção do discurso verbal ⁽⁹⁾. Mas, a Imagem Pública é “fato social” enunciada por mecanismos sócio-lingüísticos e precisa ser vista a partir de uma conjunção de enfoques.

Outra contribuição importante para entender a imagem como suporte discursivo é a história da representação visual da Midiologia de Regis Debray (1998). Para ele, a imagem, na Antiguidade e na Idade Média, representava um mundo invisível e sagrado; a partir do Renascimento e da perspectiva do ponto de fuga, a imagem moderna passou a representar o mundo visível com objetividade, se tornou uma figuração da realidade sensorial; e agora vivemos um momento em que a imagem publicitária instaura uma representação mista da realidade visível e o inconsciente.

Debray, no entanto, não discute a relação da representação pictórica com a representação conceitual (levantada pela semiologia europeia) nem explica porque a imagem publicitária independe de suporte material, ou seja: porque a Imagem Pública não é uma imagem de verdade, é apenas uma metáfora da imagem, uma representação analógica da representação pictórica.

Na psicologia cognitiva, a representação pictórica desempenha um papel fundamental nos processos mentais ao lado do cálculo das proposições e dos predicados do pensamento. Na verdade, a dialética irreconciliável entre palavra e imagem remonta aos filósofos gregos e chega até a atual neurociência sem que um termo consiga englobar o outro. Durante o império da escrita e da representação objetiva do universo, pensou-se que a palavra se sobrepunha à imagem; com a chegada eletrônica do audiovisual e um retorno do observador da representação ao mundo, muitos defenderam (e ainda defendem) a primazia da representação cognitiva pictórica ao “cálculo proposicional (e de seus predicados)” ou simplesmente que “uma imagem vale por mil palavras”.

Porém se por um lado, sabemos que a representação pictórica faz parte do pensamento e que este não é apenas uma descrição verbal, mas também um processo cognitivo de associação de imagens; por outro lado, sabemos também que o conteúdo proposicional do pensamento é que faz a dupla cognição humana ser tão singular e que as percepções pictóricas podem ser simuladas por processos computacionais através de uma lista de instruções algorítmicas (PINKER: 1998).

Ao contrário da concepção semiótica e midiológica da imagem como um suporte discursivo, a noção de imagem como percepção, ou melhor, como parte do processo cognitivo é uma representação subjetiva (a imaginação), mas também não corresponde ao que se chama ‘Imagem Pública – porque não é fabricado, produzido artificialmente segundo critério previamente planejado. De forma, que a noção de Imagem Pública se distingue da Imagem-suporte

⁽⁹⁾ Em um telefonema, por exemplo: Qual imagem o locutor faz do ouvinte? Qual imagem o locutor pensa que o ouvinte faz dele? Que imagem o locutor faz da referência? Que imagem o locutor pensa que o ouvinte faz da referência? E também há um jogo de imagens para recepção das mensagens: Qual imagem o ouvinte faz do locutor? Qual imagem a ouvinte pensa que o locutor faz de seu público? Que imagem o ouvinte faz do mundo? Que imagem o ouvinte faz que o locutor faz do mundo?

porque não possui materialidade específica e se diferencia da Imagem-percepção porque não é espontânea e involuntária.

Mas, para se constituir enquanto tal, a Imagem Pública precisa da combinar as imagens materiais veiculadas pela mídia às imagens psíquicas elaboradas pelo público em geral.

Maria Helena Weber (RUBIM, 2004: 262) define a noção de Imagem Pública como uma sobreposição das noções de imagem semiótica e cognitiva, ampliando (involuntariamente) a proposição de Regis Debray de que a imagem publicitária combina o visível e a imaginação invisível:

“A Imagem Pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na síntese de imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)”.

A Imagem Pública, então, é uma estratégia que implica em três elementos distintos: o conceito-imagem, a imaginação e o visível. E cada um desses elementos corresponde a um nível de participação discursiva na elaboração da Imagem Pública (o ator, o diretor e o público) e pode também ser vista de modo dinâmico e integrado, como uma função estrutural presente em todos os momentos e em cada parte. (GOMES, 2004, p.239).

- Produção da Imagem (pelo candidato, pela mídia e pelo público). A construção de uma Imagem Pública passa por três agentes diferentes. Em primeiro lugar, está a personalidade e o desempenho individual do principal ator político, o candidato, seus discursos, fatos e configurações expressivas. Essa imagem primária para ter visibilidade social vai então ser trabalhada pela mídia, entendida aqui não apenas como os meios de comunicação social, mas também como o marketing político necessário à construção de uma Imagem Pública. E, por último, a Imagem Pública é produzida pela recepção individual do público, em diferentes redes de intérpretes recíprocos. A recepção é individual, mas não é isolada.

- Ajuste da Imagem (perfis ideais e expectativas). A segunda função política da Imagem Pública é ajustar personalidades reais a perfis ideais e expectativas do público: “À diferença da função *image-making*, não se trata de criar uma imagem para um ator real, mas de criar um ator real para uma imagem”. (GOMES, 2004, p. 280). A ajustar sua imagem ao perfil e às expectativas demandadas (‘perfil ideal’ e ‘expectativa’ também são cuidadosamente definidos) por um determinado público não significa sua dessubstancialização política. Por exemplo: se um candidato defende a reforma agrária, mas as pesquisas detectam que o eleitor rural está apenas interessado em receber cestas básicas, ‘ajustar a imagem’ não significa sair do discurso ideológico para o fisiológico, mas sim apresentar o político que ‘além de dar o peixe, também ensina a pescar’.

- Administração da Imagem. Haveria ainda uma função de gerenciamento e controle da Imagem Pública, ou pelo menos uma tentativa de diminuir o ruído da imagem produzida pelos emissores primários. Para Gomes, a administração da Imagem Pública implica na manutenção e o crescimento permanente da visibilidade social, no planejamento antecipado das ações futuras e, principalmente, na superação de três conjuntos de obstáculos: as críticas dos adversários, as interpretações desfavoráveis da mídia e os valores morais dos eleitores. Administra-se uma imagem transformando fatos em mensagens, ou melhor, tornando acontecimentos em fatos políticos relevantes ao candidato e suas causas; e, por outro lado, descartando, neutralizando e/ou respondendo todo tipo de informações que seja desfavorável às expectativas e ao perfil desejado pelo público.

Embora toda Imagem Pública seja política, tomando essa noção no sentido mais abstrato; existem imagens públicas políticas no sentido estrito, diferente das imagens de artistas, atletas e de outras celebridades da mídia.

Aliás, pode-se pensar a ideia de ‘Política’ de duas formas. Uma, mais geral, é a “Politics” ou política com ‘p’ maiúsculo, que do ponto de vista da ação social engloba toda e qualquer atividade humana. Exemplo: Aristóteles que dizia todo homem é um ser político, isto é, um ser da polis (cidade). Mas também é possível pensar a política em sua dimensão específica, a “policy” ou a política com ‘p’ minúsculo, que do ponto de vista da ação social representa as atividades voltadas para mudança e/ou manutenção da ordem social. Exemplo: Maquiavel, para quem a política era a arte de conquistar e manter o poder. Seja no sentido lato ou no estrito, a ideia de política teve várias interpretações e foi comparada e distinta de várias outras atividades humanas em diferentes épocas e situações: “a guerra em tempos de paz”, “a parceira dialética do direito”, “a arte da negociação” – entre outras epígrafes.

Richard Bernstein define política como simultaneamente luta, jogo e debate. Na luta, o objetivo é a destruição do inimigo; no jogo, a vitória sobre o adversário, obedecendo a um conjunto de regras; no debate, o convencimento - e, portanto, a adesão do interlocutor e do público. Miguel adiciona um quarto aspecto: o espetáculo. (2000, p. 60-61) Estas quatro características surgem nos discursos políticos de todos os tempos, mas, no discurso político mediado que aqui queremos caracterizar, há uma maior valorização dos aspectos subjetivos (o jogo e o espetáculo) em relação aos seus aspectos objetivos (a política como luta das forças e como debate racional).

O debate e o espetáculo se aproximam porque dependem de uma audiência, que aprova ou rejeita as ações dos atores; enquanto a luta e o jogo enfatizam a relação entre os adversários independente do público. Há uma luta que se desenvolve através do poder econômico e do uso da máquina governamental, há um jogo em que os atores políticos devem demonstrar sua capacidade em diversos itens, há um debate de ideias propostas para soluções dos problemas sociais e, finalmente, há uma apresentação teatral na mídia. E estas distinções nos dão um mapa precioso: o pólo teleológico (Habermas) confunde a racionalidade dos objetivos da luta com a racionalidade do debate (contrapondo a correlação de forças ao poder da palavra e ignorando a diferença entre os campos do debate e do espetáculo).

E o pólo arqueológico (Foucault) tende à anulação do sujeito (da auto-referência do observador e dos atores sociais), não distinguindo o aspecto lúdico (o risco do jogo) do teatral (o desempenho da interpretação) da política, dentro do universo dos valores culturais em que está inserido.

CAMPO POLÍTICO

	Atores e o Invisível	Campo Visível
Objetivo	Luta	Debate
Subjetivo	Jogo	Espetáculo

A visibilidade do debate político e do espetáculo político apenas escondem a luta política e o jogo político. O que caracteriza a ‘Política de Imagem Pública’? Qual, então, a diferença entre a retórica do discurso político clássico e a gramática imposta pelos meios de comunicação atuais?

DISCURSO POLÍTICO MEDIADO

Digamos então sem rodeios: para nós a diferença estrutural introduzida pelos meios de comunicação no discurso político atual (em oposição ao discurso político clássico) não é seu pretensível caráter espetacular ou teatral, mas sim a existência de um *público não-presencial*.

Thompson chama este fenômeno de *publicidade mediada* e Bobbio, de *dupla publicidade*. Pouca gente repara, mas a palavra 'público' tem dois significados diferentes: o sentido corrente de algo transparente, que não é escondido; e o sentido decorrente do Direito Romano em que o Público é o oposto do Privado. Mas os dois sentidos, embora sejam semelhantes e convergentes no âmbito da Filosofia Política, são distintos - se olharmos mais de perto: "Um espetáculo público pode ser um negócio privado e uma escola privada (de propriedade particular) não pode subtrair-se à publicidade de seus atos". (BOBBIO: 2000b; p. 98)

O importante é que esta dupla publicidade ou publicidade mediada aponta para uma inversão da perspectiva das relações de visibilidade entre governantes e governados: nos governos do *Ancien Régime*, dava-se visibilidade para símbolos e ocultava-se a vida pessoal do rei; nas democracias modernas, exige-se transparência total da vida pública, mas o poder invisível se escondeu nos gabinetes.

Houve uma inversão histórica na importância entre a 'imagem do rei na cabeça do povo' (o Mito Político) e a 'imagem do povo na cabeça do rei' (a Imagem Pública)? É a imagem do soberano que fascina seus súditos ou é a opinião pública (a imagem que os cidadãos fazem do poder) que orienta o bom governo? (BOBBIO: 2000b; p.399-410)

Seria uma enorme simplificação afirmar que nos governos do *Ancien Régime* a falta de visibilidade formava Mitos Políticos puros; e, que a visibilidade moderna produz Imagens Públicas artificiais - uma vez que sempre houve uma reciprocidade entre a imagem do governante elaborada pelos governados e a imagem idealizada dos governados pelo governante.

No entanto, há uma diferença decisiva entre a visibilidade presencial do Mito Político ⁽¹⁰⁾ e a visibilidade da Imagem Pública, mas esta diferença não é absoluta e tem várias graduações históricas. Se compararmos diferentes tipos de personalismo político, por exemplo, o culto à personalidade no mundo socialista (Stalin, Lênin, Mao Tse-tung), o populismo latino-americano (Vargas, JK, Perón) à Imagem Pública de Lula; observaremos uma tendência crescente

⁽¹⁰⁾ Miguel é o principal pesquisador brasileiro a problematizar a idéia de mito político na análise de eleições presidenciais. Para ele, a noção de mito político não corresponde nem a do mito antropológico das sociedades arcaicas, nem a do mito no sentido trivial de algo que não corresponde à realidade. O mito político não é nem uma epifania do sagrado, nem mistificação ideológica, mas guarda características de ambos. O mito nas sociedades arcaicas surge da vontade de extirpar o conflito desagregador do seio da comunidade. E essa lembrança da unidade primordial sempre exige sua atualização: o mito é sempre acompanhado de um rito, de um sacrifício em que o mito é encenado e renovado, um bode expiatório (ou inimigo externo) que redime a comunidade de seus erros e reafirma sua identidade e coesão - como nos cultos cívicos nacionais. Pode-se dizer que todo mito tem, em si mesmo, uma função política (na verdade, ideológica) de celebrar os laços sociais e a unidade do grupo, abafando e ocultando seus conflitos internos. Mas, o mito político implica em uma rejeição à política se apresentando sempre como algo apolítico, acima dos contrários.

a hiperervisibilidade através da mídia televisiva e um distanciamento do regime simbólico semi-religioso.

As noções de '*dupla publicidade*' de Bobbio e a noção de '*publicidade mediada*' de Thompson (a idéia de uma esfera pública sem um lugar comum e sem a co-presença dos participantes) se baseiam e equilibram suas perspectivas sobre poder e visibilidade entre os mesmos extremos: Habermas e Foucault.

Para perspectiva compreensiva da hermenêutica, pensadores antagônicos como Foucault e Habermas devem ser consideradas visões opostas e complementares, interpretações hermenêuticas a serem dialeticamente superadas. Não se trata de ambigüidade teórica ou incoerência, mas de transformar contradições e conflitos em diálogos produtivos e integrar discursos opostos em um horizonte mais amplo e aberto. E tanto para Bobbio como para Thompson, Habermas e Foucault são posições extremadas em relação à visibilidade do poder.

Em relação a Habermas (ou ao pólo teleológico-transcendente da política), tanto Bobbio como Thompson concordam com a ampliação da esfera pública burguesa pela imprensa livre, mas criticam o tom conservador em relação aos meios de comunicação, especialmente, à TV. (1998: p. 119) ⁽¹¹⁾

Ao aderir à noção tradicional de publicidade como co-presença, Habermas privou-se os meios de compreensão das novas formas de publicidade criadas pela mídia: ele as vê através das lentes do modelo tradicional, quando é justamente este modelo que foi substituído (...) o fenômeno da publicidade se separou da idéia de conversão dialógica em espaços compartilhados e ligou-se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e alcançada pela mídia (especialmente a televisão). (THOMPSON, 1998, p. 119)

Por outro lado, tanto Habermas como Bobbio concordam que houve uma mudança na esfera pública, mas não conseguem explicá-la como resultante da centralidade dos meios de comunicação e da inversão ampliada da visibilidade tradicional do poder político nas sociedades modernas e contemporâneas. E este é o ponto cego de Sartori e Habermas: a verdadeira questão não está no caráter alienante da mídia, mas sim no papel institucional dos meios de comunicação de mediar as relações entre o mercado e o Estado, mantendo uma relativa autonomia dos interesses de ambos.

Já em relação a Foucault (e ao pólo arqueológico-imanente da política), Bobbio e Thompson concordam com o aperfeiçoamento do poder disciplinar e das formas de controle, mas criticam a generalização do modelo do '*Panopticon*' (um projeto arquitetônico para otimizar o controle visual de uma penitenciária) como um padrão de organização das relações de poder na Modernidade. Para Foucault, nas sociedades do *ancient régime*, o exercício do poder estava ligado ao espetáculo, à manifestação pública de força e superioridade do soberano. Era um regime no qual a visibilidade de poucos era usada para se exercer o poder sobre muitos.

⁽¹¹⁾ Porém, como bem aponta Bruxeli (2004), a proposta de democracia deliberativa de Thompson parece mais com as idéias de Habermas sobre a nova esfera pública do que gostaria parecer. É que ambos acreditam na racionalidade do processo democrático e de que através do debate sempre se chega a melhor proposta, sendo que, enquanto Habermas restringe-se a nova esfera pública à imprensa, Thompson compreende também a TV em sua publicidade mediada.

Mas a partir do século XVI, este poder espetacular cedeu lugar a novas formas de disciplina que foram se infiltrando nas diferentes esferas da vida, empregaram de forma crescente os mecanismos de controle mais sutis baseados no treinamento, na disciplina, na observação e no registro. A propagação destes mecanismos gradualmente fez surgir um novo tipo de “poder disciplinar” em que a visibilidade de poucos diante de muitos foi substituída pela visibilidade de muitos diante de poucos, e na qual a manifestação do poder soberana foi substituída pelo poder do olhar. Para caracterizar esta nova relação entre poder e visibilidade, Foucault utiliza a noção do *Panopticon*, dispositivo do poder onividente e invisível (em que o rei imitava Deus), uma estrutura arquitetônica de controle carcerário em que “quem vê não é visto e quem não vê é visto”.

Porém, ao contrário de Foucault, Bobbio não teme sua aplicação absoluta ao Estado, nos moldes do ‘Big Brother’ do romance 1984 de George Orwell. O *panóptico* como dispositivo de controle não ameaça necessariamente a democracia caso todos controlem o controlador que controla a todos. Esta é, na verdade, a questão central da inversão do poder invisível na democracia: é a imagem do soberano que fascina seus súditos ou é a opinião pública (a imagem que os cidadãos fazem do poder) que orienta o bom governo. (2000b: p 111; 2000a: p.399-410)

Quanto a Thompson ...

“Se Foucault tivesse considerado o papel dos meios de comunicação mais cuidadosamente, ele poderia ter visto que eles estabeleceram uma relação entre poder e visibilidade que é bem diferente da que está implícita no modelo do *panopticon*. Enquanto este modelo torna muitas pessoas visíveis a poucos e reforça o exercício do poder sobre elas, submetendo-as a um estado de permanente visibilidade, o desenvolvimento da comunicação mediada forneceu os meios pelos quais muitas pessoas podem reunir informações sobre os poucos e, ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos; graças a mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido.” (1998: p. 121)

Isto, no entanto, não significa que a antiga sociedade do espetáculo é semelhante a atual ou que a abordagem de Foucault sobre a sociedade disciplinar é equivocada, mas apenas que a visibilidade do modelo *panopticon* não é dominante. O importante em relação a Foucault (e à estratégia de interpretação arqueológica) é que ele vê o poder através do discurso imanente à linguagem, inscrito no detalhe e não na totalidade como um conjunto de correlações de forças e de relações invisíveis e silenciosas. Para Foucault, um vê a todos; para Habermas, todos vêem um – os dois têm parte da razão sobre o poder e sobre a política de visibilidade.

Atualmente, há vários tipos de estudos sobre o discurso político mediado: pesquisas sobre o efeito da propaganda eleitoral sobre a intenção de voto, análises das estratégias de marketing das campanhas em relação às demandas dos eleitores e dos adversários, discussões sobre o papel da imprensa e dos meios de comunicação sobre o processo eleitoral, estudos semióticos a respeito da linguagem dos meios de comunicação eletrônica, entre outros. Destacamos aqui duas abordagens: as pesquisas retóricas sobre o aspecto simbólico do discurso mediado e os estudos focados na relação recíproca entre os campos da política e da comunicação.

Murilo Cezar Soares (1995) elaborara importante estudo retórico sobre o discurso político contemporâneo, levando em conta a dicotomia entre os aspectos racional e o simbólico da linguagem e a ação da mídia sobre a atividade política. Para Soares, a argumentação e a dramatização devem ser tomadas como duas formas básicas da linguagem política e consideradas expressões de dois processos retóricos gerais, que atuam conjuntamente, mas que se fundam em princípios de naturezas distintas: o primeiro, a persuasão, cujo princípio é o convencimento da audiência através de argumentos; e o segundo, a sedução, que se estruturaria como espetáculo, em torno de personagens de um drama público.

A (...) "representação faz parte integrante da vida cotidiana, onde o relacionamento social é montado como uma cena teatral, com seu cenário, seus adereços, suas aparências e seu *script*, por meio dos quais as pessoas se dirigem às platéias, exibindo uma 'fachada' pública, que nem sempre é congruente com sua privacidade". (SOARES; 1995. p. 46)

A partir das noções de Persuasão e Sedução, entendidos como modos retóricos fundamentais do discurso político contemporâneo, e com base na noção de que o teatro é um modelo adequado para compreender a luta política na sua dimensão comunicativa, Soares utiliza consistentemente algumas categorias da análise teatral para estudar campanhas eleitorais: papel, cenário e ator social. No entanto, apesar da interessante analogia entre análise discursiva da política e teatro, os discursos audiovisuais da TV tentam menos seduzir do que representar e mais sugerir do que convencer.

MODOS DISCURSIVOS

Estratégias de Identificação	Persuasão	Sedução
Conteúdo Significativo	Temas	Imagens
Paradigmas de Estruturação Discursiva	Argumentação Estrutura Dialética	Dramatização Estrutura Estética
Formas de Apresentação	Ação Oratória	Encenação
Representações Sociais Correspondentes	Ideologia A Doutrina	Imaginário O Mito

No âmbito nacional, o mais completo estudo de tipo retórico sobre o discurso político contemporâneo é o livro *Transformações da política na era de comunicação de massa*, de Wilson Gomes (2002), em que se investiga os diferentes estágios da literatura científica sobre o discurso político e atitudes em relação à mídia: inicialmente, até os anos 50, os estudos entusiasmados sobre fenômenos singulares em que a política e a comunicação se encontram (o funcionalismo de Lazarsfeld é dado como exemplo); em um segundo momento, os diferentes estudos críticos (de Adorno a Baudrillard); e, finalmente, os estudos sobre a inter-relação entre os campos da política e da comunicação.

Em relação aos diferentes pontos negativos desta pretensa mudança midiática da política, Gomes discute minuciosamente: os vários aspectos da des-ideologização do discurso político (a redução das diferenças a gostos, a imagem como inimiga do pensamento abstrato, a linguagem da TV como empecilho à polêmica argumentativa); o crescente desinteresse do público; o caráter artificial da Opinião Pública; a perda de autenticidade; a substituição dos partidos e das instituições políticas representativas pelos meios de

comunicação; e a “cidadania privada”, isto é, a exclusão social em relação ao consumo e ao universo cultural da mídia.

Estudando os aspectos positivos, no entanto, Gomes reconhece que o discurso político atual realmente se organiza pela gramática específica da linguagem dos meios de comunicação de massa (com ênfase na novidade, no inusitado e em padrões estéticos), produzindo uma cultura política centrada no consumo de imagens políticas, gerando novas competências políticas, como marketing político (que adapta o discurso político às preferências do público através de pesquisas) e se baseia na similitude aparente entre audiência e eleitorado (ou entre a opinião pública e o mercado consumidor).

Assim, enquanto há abordagens que enfatizam o aspecto negativo das mudanças (na verdade, o contexto social e a mídia como ator social), outras ressaltam apenas o positivo: a mídia como um campo aberto para o diálogo direto entre os atores políticos e o público. Mas, a maioria dos autores contemporâneos postula uma posição intermediária: os campos da Política e da Comunicação se interpenetram numa relação recíproca, mais ambos preservam suas especificidades; nem a política se dilui frente ao efeito da mídia, nem a mídia é um mero instrumento da política. Observando a inter-relação entre os dois campos podem-se localizar vários focos temáticos discursivos: a) o que há de político na comunicação (o campo jornalístico); b) o que há de comunicação na política (a imagem pública e a propaganda política); c) o que há na política que está na comunicação (a negociação invisível); d) e o que há na comunicação que não está no campo político (o simbolismo aparentemente apolítico do mundo do entretenimento).

Para Gomes, a política sempre esteve associada à retórica, entendida como uma explicação discursiva de convencimento e da persuasão racional. Mas, atualmente, a política estaria se aproximando da poética e a retórica da estética orientada para a produção de representações miméticas: a narrativa e o drama. Assim, a comunicação tornou a retórica política mais compreensiva e sedutora, sem deixar de ser persuasiva e racional. Gomes conclui que, apesar da supervalorização equivocada de sua transformação pela mídia, a “comunicação pode dispensar a política, mas a política não pode prescindir da comunicação” (2004, p. 321).

Por outro lado, os meios de comunicação são instituições políticas de mediação das elites com o público, mas não substituem os governos, os parlamentos, os partidos e os demais atores políticos - apenas se sobrepõem a eles. Os mecanismos de representação e legitimidade dos dois tipos de instituições são distintos. ‘Praticar atos que o coloquem em evidência, no centro dos acontecimentos, conseguir manter ao máximo esta visibilidade mediante o desempenho e atitude’ são, segundo Wilson Gomes as “astúcias da política” (2004, p. 331).

Mas, para Gomes, os domínios da comunicação e da política são insuficientes para explicar o fenômeno da política midiática, recorrendo, então, para “perspectiva de um terceiro convidado”: o mundo dos negócios (p. 129). Esta ampliação econômica e sociológica de Gomes extrapola o âmbito discursivo da perspectiva do “duplo domínio”, permitindo ao autor abordar a questão de um ângulo mais abrangente. *Para compreender e explicar o discurso político mediado é preciso conhecer seu contexto social e as motivações estruturais dos atores e instituições.*

Outro ponto importante para compreensão do discurso político atual é seu pretense caráter espetacular. Muitos analistas consideram o caráter espetacular a principal característica do discurso mediado, afirmando que a política se transformou em show de entretenimento (¹²[3]). Gomes vai combater as diferentes versões desta concepção de predomínio teatral do discurso político (¹³[4]). Não podemos reproduzir aqui todos seus argumentos, porém o núcleo de sua argumentação é que, no discurso político, seja mediado ou não, o efeito estético é um artifício do convencimento (e não da manipulação).

Para ele, o aspecto simbólico da linguagem, deve ser procurado através da definição de mito político. Na tradição da filosofia política, o mito político é considerado como a linguagem apropriada para as massas enquanto a racionalidade é adequada às elites. A narrativa mítica é uma dramatização das fórmulas e estratégias políticas. Quem entende a política atual como um espetáculo, substitui esta distinção entre elite e massas pela oposição entre bastidores e palco. O mito se refere ao grande público e a racionalidade ao que fica fora da cena. No entanto, mesmo “entre as elites e nos bastidores”, não há política sem sentimentos nem disputa de valores. Não há racionalidade pura: sem emotividade a política perde todo seu fascínio e atração. (Miguel inclusive estuda o mito político da racionalidade no discurso de FHC em 94)

No âmbito internacional, uma das principais abordagens sociológicas sobre o aspecto simbólico do discurso político mediado, é a desenvolvida por Thompson sobre o estudo das ideologias (1995) e sobre a interpretação das mensagens dos meios de comunicação (1998). Thompson define ideologia como uma forma simbólica que está a serviço do poder, deixando claro que existem outras formas simbólicas que não cumprem este papel (formas simbólicas não-ideológicas), ou mesmo que a ideologia é apenas uma das formas de interpretação possíveis de uma determinada forma simbólica. São Jorge e o dragão, por exemplo, tanto representam a luta do bem contra o mal quanto à dominação da cultura celta pelo Império Romano.

Por entender que os processos de compreensão e de interpretação devem ser vistos não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que está no início e no final do conhecimento ao mesmo tempo, Thompson parte da compreensão imediata que se tem de uma determinada forma simbólica na vida cotidiana, depois busca construir uma concepção objetiva explicativa desta interpretação preliminar (consorciando vários métodos de análise), e finalmente reinterpreta o significado da forma simbólica. A esta metodologia geral de interpretação dos discursos dos meios de comunicação, chama-se “enfoque tríplice”. (THOMPSON: 1995; p. 355)

Inicialmente (1995, p. 366), o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e difusão das formas simbólicas. As maneiras como essas condições influenciam podem variar de acordo com a situação e o objeto pesquisado, mas Thompson propõe alguns níveis de análise: as situações de tempo e espaço em que as formas simbólicas são produzidas; os campos de interação (face-a-face, interação

(¹²) Rubim era um dos defensores deste caráter espetacular do discurso mediado, mas em seus trabalhos mais recentes (2004: p. 210) há uma sugestiva comparação entre o Greenpeace e a Anistia internacional, como exemplos de atores globais mediados, sendo o 1º afeito à política espetacular; e o 2º, não.

(¹³) “A política como espetáculo cênico” (GOMES, 2004, p.386), “a dramaturgia política” (2004, p. 387), “a espetacularização da política” (2004, p. 392) e o “simulacro político” (2004, p. 394).

mediada, quase interação mediada, etc); as instituições sociais (quais as organizações que produzem as formas simbólicas); a estrutura social (as classes sociais, as relações entre gêneros e outros fatores sociais permanentes) e os meios técnicos de construção e transmissão de mensagens (a fixação material e a reprodutividade técnica dos sinais).

Em um segundo momento (p. 369), toma-se a forma simbólica como um texto, isto é, como uma estrutura narrativa relativamente autônoma de sua produção e de seu consumo. Neste sentido, a análise simbólica implica em uma abstração metodológica das condições sócio-históricas de produção e recepção das formas simbólicas. Thompson adota vários métodos de análise discursiva: semiótico, sintático, conversação, narrativo e argumentativo.

Finalmente (p. 375), na última fase de sua hermenêutica, Thompson leva em conta a interpretação criativa do significado das formas simbólicas em diferentes contextos de recepção, inclusive no próprio contexto do analista/enunciador da interpretação. O estudo analógico dos diferentes contextos de recepção demonstra que por mais rigorosos que sejam os métodos e técnicas analíticas, eles não podem abolir a liberdade de interpretação dos públicos e das situações em que se encontram inseridos.

MODELO DE ANÁLISE DE DISCURSOS MEDIADOS

OBJETO	ETAPAS	MÉTODOS CONJUGADOS	RESULTADO
Emissor	Análise sócio-histórica da produção e transmissão	Situações espaço-temporais Campos de interação Instituições Sociais Estrutura Social Meios técnicos de transmissão	Síntese Hermenêutica
Mensagem	Análise Formal ou Discursiva	Análise semiótica Análise de conversação Análise sintática Análise narrativa Análise argumentativa	
Receptor	Análise sócio-histórica da apropriação	Interpretação das Mensagens Mapa das diferentes interpretações Re-interpretação da interpretação	

Assim, Thompson utiliza a hermenêutica não como uma alternativa aos outros métodos de análise de formas simbólicas e ideológicas já existentes, mas sim como um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e correlacionados entre si. Mas, há uma diferença marcante entre a hermenêutica clássica e a de Thompson. Os hermeneutas clássicos dão mais ênfase ao 'texto', isto é, ao significado intrínseco das mensagens, do que às condições de enunciação e de apropriação deste sentido. E por ser sociólogo, para Thompson, a 'autonomia semântica das mensagens' (e sua análise independente dos interlocutores) é secundária diante dos contextos sócio-históricos de transmissão e recepção. Aliás, para Paul Ricoeur (codificador da hermenêutica contemporânea), 'o texto', 'a ação social' e 'a imagem' são equivalentes e o mesmo procedimento metodológico para interpretação de uma mensagem discursiva podem também ser utilizados para compreender e explicar uma ação social específica ou uma determinada imagem. Ao enfatizar os contextos sócio-históricos de transmissão e recepção, Thompson não está apenas ampliando o alcance discursivo da hermenêutica, mas também adaptando sociologicamente a teoria da interpretação para a interação social dentro do contexto dos meios de comunicação de massa.

CONCLUSÃO

Demonstrou-se no texto **A Mídia na Democracia atual**, que a simultaneidade cultural produzida pela mídia, *a Imagem da Utopia*, enquadra os acontecimentos, mediando os conflitos políticos e econômicos dos atores sociais como campo democrático. Isto foi feito em uma perspectiva fenomenológica habermasiana, em que um modelo ideal (a utopia democrática) é construído através do racionalismo.

Em seguida, no texto **Perigo e Antecipação**, discutiu-se - em uma perspectiva pós-moderna, foucaultiana, sem concessões para a transcendência - que o poder sempre se realizou através do medo e da esperança, mas que atualmente ele é mais psicológico que institucional e opera através da indução ao risco e da simulação do futuro. Aprendemos que o *Poder da Imagem* não é só a de fomentar esperança, mas de nos incitar ao risco e ao aperfeiçoamento.

Chegou-se então a uma síntese entre os dois temas e as duas formas: à noção de discurso político mediado como disputa pela visibilidade, **A Política da Imagem**: apenas compreendendo a contradição entre a democracia como símbolo e modelo racional, por um lado, e os mecanismos invisíveis do poder atual, por outro; é que se podem explicar tanto os aspectos objetivos (a luta e o debate) como os subjetivos (o jogo e o show) da política contemporânea como um campo de disputa de visibilidade. Aperfeiçoando a noção de Imagem Pública desenvolvida por Thompson, destacamos ainda a contribuição de Gomes em relação da natureza sociolingüística das Imagens Públicas e de suas funções constituintes.

No texto **Discurso Político Mediado**, demonstrou-se que a diferença entre o discurso político clássico e o contemporâneo não reside no fato dele ser espetacular e o primeiro, racional; mas sim no fato do discurso atual se constituir em uma interação mediada à distância, isto é, alcançar simultaneamente um grande número de pessoas em diferentes locais. Destacamos ainda que tal diferença – entre o antigo regime de visibilidade sagrada do mito político e o moderno regime de visibilidade da Imagem Pública centralizada pelos meios de comunicação social – teve e tem vários níveis históricos e sociais de combinação e contraste.

Assim, atendendo aos três princípios prescritivos e ao princípio descritivo da Teoria Política aplicada à noção de Imagem Pública, em uma perspectiva hermenêutica; estabeleceu-se aqui os fundamentos para o estudo de uma retórica dos meios de comunicação através do modelo do Enfoque Tríplice, que analisa o contexto de emissão, a estrutura da mensagem e os diferentes contextos de recepção. E este modelo foi aplicado em minha pesquisa empírica de doutorado ⁽¹⁴⁾ em Ciências Sociais, **Decifra-me ou te devorarei – a Imagem Pública de Lula no Horário Eleitoral nas quatro campanhas presidenciais** (GOMES, 2006).

⁽¹⁴⁾ Parte da pesquisa, com clipes e vídeos comentados dos melhores momentos dos horários eleitorais das campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, podem ser visto no site **Quatro Vezes Lula-la** <<http://www.cchla.ufrn.br/quatrovezeslulala>> E em breve, uma versão adaptada do texto completo da tese de doutorado, será publicada na forma de livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ARISTÓTALES, **A Política**. Editora Martin Claret, 2004.
- BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDENS, Anthony. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. **Teoria Geral da Política**. Brasília: Editora da UnB, 2000b.
- BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário da Política**, Brasília: Editora da Unb, 2000c.
- BRUXELI, Laerson. **Participação e Legitimação Política: o (des)encontro de Thompson com Habermas**. Compos, 2004. Apresentado no Grupo de Trabalho de Comunicação e Política.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem – um olhar sobre o ocidente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente - 1300/1800**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade I, II e III (A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985.
- FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 a 82)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos Sonhos**. In Obras Completas. Volume IV. São Paulo: Imago, 1990.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GOMES, M. B. **O Hermeneuta - Uma introdução ao estudo de Si**. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.
- _____. **Do Controle Social às Sociedades de Controle**. Apresentado no XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Salvador: INTERCOM, 2002.
- _____. **Democracia como Método e Utopia**. Apresentado na XII Semana de Humanidades do CCHLA, 2004.
- _____. **Hermenêutica e os erros de interpretação**. Artigo na Revista Vivência p.05-18. Natal: UFRN, v.12, n.jul/dez, 1998.
- GOMES, Wilson. **Transformação da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2004 .
- JASMIM, Marcelo Gantus. **História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005
- LEVY, Pierre. **Tecnologias da Inteligência** – o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ANPOCS, 1995.
- MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Cia Ed. Forense, 1997.
- MAQUIAVEL, Nicolau;. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004 .
- MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e Discurso Político - uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994**. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP;, 2000.
- PINKER, S. **Como a Mente Funciona**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**, ensaios de hermenêutica. Lisboa: Rés Editora, 1988.
- _____ **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____ **A Metáfora Viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) **Comunicação e Política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004b.
- SARTORI, Giovanni. **Homo videns** – televisão e pós-pensamento. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2001.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20ª Edição (revista e aumentada) São Paulo: Cortez, 1998.
- SOARES, Murilo César. **Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão**. 1995 (Tese de doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____ **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WEBER, Maria Helena. A Imagem Pública. 2004. In: RUBIM , Albino; **Comunicação e Política** – conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004b; p. 262.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.